

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 4 de novembro de 1988

Rumos para a travessia necessária

Neste momento em que a crise do setor público polariza a atenção nacional, é preciso não perder de vista que a economia privada, de modo geral, não perdeu o dinamismo. Mesmo em alguns casos em que os dados não têm sido favoráveis, a situação é hoje muito menos grave do que meses atrás e tende a melhorar.

Tomemos, para começar, a área agrícola. Graças aos bons preços e à política consistente seguida pelo governo, bem como às cotações no mercado internacional, a área plantada, para a safra 1988/89, registrou um crescimento de 4,56% em relação à área efetivamente colhida em 1987/88 (43 milhões de hectares). Certamente, a produção será prejudicada pela seca dos últimos meses, mas os técnicos prevêem que, mesmo assim, a produção será superior à da safra 1987/88 (65,3 milhões de toneladas).

Significativamente, como relatam os bancos, a demanda por crédito agrícola tem sido apreciativamente inferior à média dos anos anteriores. A elevação dos juros não explica tudo. A expansão da área cultivada é prova inegável de que, apesar da crise, os agriculto-

res estão plantando com recursos próprios.

Ao lado desse estado de ânimo observado no setor rural, a indústria tem-se saído bastante bem com o incremento das exportações. Segundo as últimas previsões, as vendas externas brasileiras poderão alcançar US\$ 34 bilhões neste ano, o que representaria um crescimento de 29,7% em relação a 1987. Os reflexos dessa evolução no mercado de trabalho são nítidos: a pesquisa DIEESE/SEADE indica que a taxa de desemprego, na Grande São Paulo, caiu 2,8% no último mês de setembro, ficando em 9,1%, a menor até agora em 1988.

Quanto à retração do consumo interno, ela é hoje bem menos pronunciada do que nos meses anteriores. O faturamento do comércio varejista, segundo dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), vem melhorando também progressivamente: a queda, que chegou a 13,07% em fevereiro (um mês atípico), baixou para 5,70% em maio e em setembro estava em 1,81% em termos reais, sempre em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

É previsível que, com a reposi-

ção da URP de maio aos funcionários públicos (a de abril já foi paga) e com os reajustes obtidos por grandes categorias, como as dos metalúrgicos, bancários e petroquímicos, o movimento comercial se acelere nos últimos meses do ano.

Na realidade, o grande problema nacional neste momento não é este. O que está faltando é uma postura firme e decidida do presidente da República diante das dificuldades crescentes de financiar o déficit público, o inchaço das empresas estatais e de sua administração nem sempre eficiente. Pelos dados relativos a setembro, é até possível que o déficit público, no conceito operacional, fique entre 3,5 e 4% neste ano, como previsto. O grande desafio é como financiá-lo com a crise alimentada por altas taxas de inflação, que decorrem, basicamente, da falta de comando e definições.

É nessa atmosfera que prosperam os especuladores interessados em propagar projeções sensacionalistas quanto ao comportamento da inflação futura. E, frequentemente, como já se viu, eles estão infiltrados no próprio governo. Como já assinalamos anteriormente,

cria-se, assim, um clima propício para toda sorte de boatos, que, baseados em interesses de grupos, procuram envolver os responsáveis pela política econômica.

Estamos convencidos de que o País requer, nesta fase, continuidade da política econômica e que a permanência dos ministros da Fazenda e do Planejamento concorre para conter as expectativas inflacionárias exacerbadas que se observam no mercado.

A situação do setor público é realmente grave e acreditamos que a Constituição em vigor deu ao Legislativo meios para controlar os excessos de um passado recente, que deram origem a um Estado gigantesco e praticamente incontrolável. Mas o trabalho de colocar o País em ordem não se faz de uma hora para outra. É preciso tenacidade e constância.

No curto prazo, é fundamental um pacto político, condição para viabilizar um pacto econômico entre trabalhadores, empresários e o próprio governo, de modo que o processo democrático se consolide e a Nação faça a necessária travessia até as eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989.